

A pesquisa em educação

(Notas para debate)

José Anchieta Esmeraldo Barreto

Prof. Adjunto do Departamento de Educação
da Universidade Federal do Ceará.

Recentemente Ward *et alii* (1975) publicaram o resultado de uma avaliação da pesquisa educacional nos EEUU. O estudo foi uma réplica a análise semelhante levada a efeito anteriormente (AERA, 1967) e consistiu numa crítica em profundidade das pesquisas realizadas em educação e publicadas em periódicos de respeitabilidade científica reconhecida, no ano de 1971. A conclusão de ambos os estudos foi a mesma: a maioria das pesquisas publicadas é de medíocre qualidade. Alguns resultados da análise de Ward merecem ser lembrados. De uma amostra composta de 114 artigos publicados apenas 9 (8%) foram aceitos como estavam; 35 (31%) artigos requeriam pequenas modificações; 39 (34%) necessitavam de profundas revisões e 31 (27%) foram simplesmente rejeitados pelo painel de juízes. A conclusão, embora possa parecer surpreendente, é óbvia: mais da metade (61%) dos artigos publicados não atende aos requisitos mínimos de um trabalho científico.

Se esta é a situação da pesquisa educacional nos EEUU, seria interessante averiguar em que posição nos encontramos em face deste problema. Embora não dispondo de uma avaliação sobre a natureza das pesquisas realizadas, algumas informações indiretas podem indicar a situação da pesquisa educacional no Brasil.

Consideremos as tabelas 1 e 2.

Tabela 1

Pesquisas Realizadas 1965 - 1970

	f	%
Distribuição de Frequências		
Tabelas com duas variáveis	101	48
Tabelas com mais de duas variáveis. Coeficiente de correlação.	52	24
Análise Multidimensional.		
Regressão Múltipla-Análise fatorial.	14	7
Falta dos dados quantitativos sistemáticos.	23	11
Falta de informações	21	10
T O T A L	211	100

Fonte: Dados de um estudo de Joly Gouveia, julho de 1971, citado por Di Dio (1975).

Tabela 2

Natureza de Estudos Educacionais
Estado de São Paulo — 1970 - 1973

	f	%
Estudos Conceituais	23	27,4
Estudos Estatísticos descritivos	57	67,8
Estudos experimentais	4	4,8
T O T A L	84	100,0

Fonte: Di Dio (1975).

Os dados acima apresentados sugerem duas conclusões. Primeira — os estudos experimentais em Educação estão ainda numa fase embrionária. Pesquisas históricas, estudos descritivos e levantamentos constituem a maior parte da pesquisa educacional no Brasil. Segunda — o instrumental usado na análise não vai além de percentagem e correlação.

Infelizmente, as indicações não são completas. Faltam-nos elementos que possibilitem uma avaliação mais substantiva das pesquisas realizadas no Brasil. Uma pesquisa experimental *per se* não é melhor nem pior do que uma pesquisa descritiva. É a validade intrínseca do problema estudado, a adequação dos procedimentos estatísticos utilizados e a relevância das conclusões obtidas que devem ser consideradas. Entretanto, quer consideremos a situação da pesquisa educacional tanto nos EEUU como no Brasil, acabamos concluindo que há necessidade de se redefinir alguns parâmetros pertinentes ao problema. O que nos propomos, neste trabalho, é oferecer algumas idéias que talvez possam contribuir para esta redefinição e servir de indicadores para aqueles que desejam se dedicar à pesquisa educacional.

A PESQUISA OBRIGATÓRIA

A primeira hipótese que levantaremos é a de que grande parte das pesquisas realizadas ou em realização no campo educacional são impostas ao pesquisador. A este respeito é interessante transcrever parte de um documento de circulação interna, recentemente lançado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará: “saliente-se que boa parte das pesquisas realizadas ou em andamento resultam de projetos individuais, elaborados, quase sempre, em função de exigências formais constantes de um requisito estabelecido como essencial para o ingresso e permanência do docente em RETIDE”. Em outras palavras, o que se pretendeu foi transformar, num passe de mágica, o professor em professor pesquisador. Não nos parece que o problema seja tão simples como se desejou. A pesquisa científica e, por consequência, a educacional, é muito mais do que uma atividade que se desenvolve para justificar a dedi-

cação exclusiva numa Universidade e/ou obter financiamento do INEP, FINEP, Fundação Ford ou Organização similar. É uma reflexão sistematizada e, quando possível, fundamentada na experiência controlada que visa a ampliar o conhecimento humano em determinado campo do saber.

Com outro tipo de condicionamento, a situação é muito semelhante nos EEUU. Nos contatos mantidos, durante os últimos 5 anos, com pesquisadores e associações educacionais americanas, a impressão persistiu. Embora lá não exista a COPERTIDE, a ameaça contida no slogan “*Publish or Peris*” que se ouve sempre que a discussão sobre pesquisa é levantada. Faz-se pesquisa também para atender a uma solicitação externa.

A SOFISTICAÇÃO ESTATÍSTICA

Este aspecto nos parece crítico. Sentimos que existe uma tendência para se repetir no Brasil o fenômeno já ocorrido nos EEUU. Com o avanço dos estudos estatísticos inferiu-se que o valor da pesquisa é função do grau de refinamento matemático do instrumental utilizado na análise. Acontece, porém, que o “pensamento crítico não necessita de ser identificado com o pensamento estatístico, e observação controlada não se iguala necessariamente ao que chamamos de medida. No campo educacional gostaríamos de encontrar estudos sistemáticos de problemas significantes em lugar de estudos científicos de problemas insignificantes” (Mitra, 1974). O importante é que se mantenha a seqüência lógica da metodologia científica. Identifique-se, em primeiro lugar, o problema e a relevância que sua solução teria para o avanço do conhecimento educacional. Somente depois desta fase viriam as outras etapas, inclusive a escolha do instrumental estatístico adequado. Não fazemos pesquisa para que possamos utilizar a última técnica de análise multidimensional aprendida. Ao contrário, podemos utilizar tais procedimentos desde que o problema o permita. Com isto, não queremos negar a importância da sofisticação estatística para a pesquisa. O que defendemos é que muitas vezes um simples teste de proporções ou um modesto coeficiente da correlação de Pearson

é mais útil do que uma complexa análise fatorial. Isto porque não é tanto a limitação de informações que nos prejudica, mas a informação falsa. Um teste de proporções corretamente usado nos fornece alguma informação precisa sobre o problema; uma análise fatorial aplicada em situações inadequadas possibilita uma série de informações, todas elas de validade discutível. Recentemente, presenciamos um fato comprovador do que estamos discutindo. Um orientador de tese de Mestrado aconselhava a utilização de análise fatorial numa situação totalmente inadequada, a começar pelo tamanho da amostra que era muito pequeno. Em síntese, é o problema que deve sugerir a escolha do modelo estatístico de análise e não o contrário. Se assim não procedermos, é possível que terminemos com um sofisticado e complexo tratamento estatístico para um problema de significação questionável.

A INGENUIDADE METODOLÓGICA

Um fato comum no trabalho cotidiano daqueles que estão envolvidos em análise de resultados de pesquisas é a perplexidade de alguns pesquisadores diante de questões básicas referentes a aspectos metodológicos da pesquisa. Um deles diz respeito à precisão e validade das informações coletadas. Raramente apresentam-se estudos anteriores que garantam a qualidade técnica do instrumento de medida. Sem uma estimativa de precisão não poderemos saber quanto da informação obtida é informação verdadeira e quanto é erro de medida ou, na linguagem da engenharia de comunicação, quanto da transmissão recebida é sinal e quanto é barulho ou interferência. Por outro lado, desconhecendo a validade, não sabemos se a informação colhida é realmente a que nos propusemos obter. Este problema se complica com a falta de testes padronizados e previamente validados no mercado nacional, o que obriga o pesquisador a elaborar o seu instrumento de medida. A inexperiência neste campo faz que sejam coletados um aglomerado de dados muitas vezes impossíveis de serem agrupados para análise posterior, ou que exigem do estatístico uma habilidade comparável à do mágico que tira coelhos de sua cartola.

Se olharmos outros aspectos tais como o problema da escolha da amostra, determinação da configuração experimental, seleção das variáveis a serem observadas etc., verificaremos que de maneira geral ainda somos muito ingênuos. Em educação ressentimo-nos da falta de uma tradição de pesquisa. Daí ser oportuno lembrar a importância do papel que os cursos de Pós Graduação são chamados a desempenhar na implantação da pesquisa educacional no Brasil. Entendemos que todo o período de estudos pós-graduados, objetivo ele um grau de Mestre ou Doutor, deveria se constituir num treinamento constante do futuro pesquisador. Via de regra, isto não acontece. Os cursos de pós-graduação limitam a preparação dos seus alunos, na área de pesquisa, a uma ou duas disciplinas, geralmente métodos estatísticos e Metodologia de pesquisa.

Existe um hiato entre a orientação acadêmica do curso e as atividades necessárias à elaboração do trabalho de conclusão ou tese. Removido este hiato, ter-se-ia prestado uma excelente contribuição para a pesquisa educacional no Brasil.

PESQUISA E AÇÃO

Finalmente, uma palavra sobre as relações entre a pesquisa educacional e a atividade de ensino. É nosso pensamento que o esforço dos pesquisadores educacionais, no Brasil, deva ser orientado para a procura de soluções para os problemas que o sistema de ensino nacional enfrenta. Não nos parece produtiva a pesquisa cujos resultados tenham como destino certo as prateleiras empoeiradas das nossas bibliotecas. É necessário que nos voltemos totalmente para os problemas que comprometam a eficiência do sistema educacional, de tal modo que, a partir da realidade descoberta, seja possível a criação de soluções inovadoras e adequadas à situação brasileira.

Estas colocações resumidas e evidentemente incompletas poderão gerar alguns debates que eventualmente contribuirão para um melhor equacionamento da pesquisa educacional no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- American Educational Research Association, Committee on evaluation of research (E. Wandt, Chairman). An evaluation of educational research published in journals. Unpublished (1967).
- Di Dio, Renato Alberto T. A pesquisa educacional no Brasil. *Pesquisa e Planejamento*. São Paulo, 16 : 148-49. Janeiro, 1975.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. Algumas reflexões sobre a pesquisa educacional no Brasil. *Pesquisa e Planejamento*. São Paulo, 16 : 139-45. Janeiro, 1975.
- Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais. Cadastro de pesquisas educacionais no Brasil (1968-1973). Série Pesquisas e monografias. Rio de Janeiro, 12. 1975.
- MITRA, Shib K. Mirror, Mirror ... a brief note on american educational research. *American educational research journal*. Washington, 11 (1) : 43. Winter 1974.
- WARD, Annie W. et alii. Evaluation of published educational research: a national survey. *American educational research journal*. Washington, 17 (2) : 109-28. Spring 1975.